

**25 ANOS DE INICIATIVAS DO POVO
BANIWA EM PROMOÇÃO DO BEM VIVER E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NA AMAZONIA BRASILEIRA**

André Baniwa
andrebaniwa@gmail.com

Vice-Presidente da Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI)

A experiência Baniwa e Koripako, com base em sua organização formal, está amparada pelos direitos indígenas conquistados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. É bom lembrar que nós, indígenas, deixamos de ser tutelados pelo Estado Brasileiro com a promulgação da Constituição, na qual está incluído o reconhecimento da organização social, costumes e tradições, além de garantir o direito originário, demarcação de terras indígenas, processo próprio de aprendizagem, expressão cultural, direito a memória e fortalecimento da identidade étnica.

Os direitos constitucionais indígenas são alicerces das políticas públicas e da gestão de política indigenista do Estado Brasileiro. Apresentam-se, também, como base para iniciativas próprias indígenas em suas comunidades e em seus territórios, demarcados e homologados como patrimônio da União. É nesse contexto que narramos, aqui, a experiência de 25 anos do povo Baniwa em alternativas econômicas de geração de renda e em formas próprias de perceber e elaborar projetos singulares em educação escolar, fazer gestão sem deixar de fortalecer a identidade, a cultura e tradição indígena por meio da estratégia de interculturalidade na escola Baniwa, medicina Baniwa, Arte Baniwa (geração de renda), patrimônio cultural e na erradicação de analfabetismo nas comunidades.

Para essas conquistas, foi fundamental conhecermos e entendermos sobre nossos direitos para pensar e elaborar nossos próprios projetos, depois de tempos enquanto sujeitos tutelados. Assim, virou-se a página do massacre indígena que se arrastava desde os anos de 1500, passando para outro tempo, o de garantia de direitos. Por meio das lideranças constituídas, como diretores de nossas associações, foi possível tomar iniciativas para essa emancipação.

Com base no artigo 232 da Constituição, a primeira providência das comunidades foi se organizar em associações para atuarem pelos direitos. Desse modo, o povo Baniwa criou sua primeira associação em 1988. Depois, a segunda organização formal foi criada em 1992, que é Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI), com a missão de desenvolver seus projetos autônomos junto às comunidades.

Como nem todas as comunidades ainda estavam a par dos seus direitos preconizados na nova Constituição foi necessário desenvolver um projeto que chamamos de “conscientização sobre seus direitos”, o qual tinha o objetivo de criar espaços de discussão sobre a importância de estarmos organizados em associação. Esse processo levou quatro anos com pequenas iniciativas e articulações nas comunidades e com a Universidade Federal do Amazonas, governos municipal e estadual, além da própria articulação interna no movimento indígena no Rio Negro, Amazonas ou fora dela.

Desde a colonização, os povos indígenas têm sido forçados ao branqueamento que vai para além da cor e demais características físicas, ou seja, muitos indígenas tinham em seus discursos que não eram mais indígenas, que já eram civilizados ou educados como se isso significasse algo bom. Durante nossos trabalhos sobre direitos nas comunidades percebemos que muitas coisas da cultura e da tradição indígena estavam apenas adormecidas ou desvalorizadas. Parte das comunidades Baniwa não falava mais a língua tradicional por influência da igreja. Havia muitos conflitos entre indígenas e as comunidades em razão de duas correntes missionárias das religiões Católica e evangélica. Além disso, nosso povo vivia processos de exploração econômica, em que indígenas eram submetidos a condições de trabalho análogas a de escravo na região da tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela. Somado a esses fatores, o governo federal executava a demarcação de terras indígenas em forma de colônias, o que favorecia a invasão de garimpeiros não indígenas e de empresas mineradoras. As consequências aos povos indígenas eram dramáticas não somente na área social. Os indígenas sofriam com a baixa autoestima e a falta de perspectiva de vida.

As experiências bem sucedidas relatadas a seguir estão dentro do contexto da bacia do Rio Negro, composta por uma rede de 90 associações indígenas congregadas em uma Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro criada em 1987, e formada por 23 povos diferentes, com quatro famílias linguísticas e mais de 700 comunidades. A conquista coletiva dos povos indígenas do Rio Negro foi a demarcação de cinco terras indígena de forma contínua nos anos de 1997/98 que representa mais de 11 milhões hectares de terra.

Saúde: Medicina Tradicional Baniwa

É sabido que a origem dos medicamentos industrializados vem de recursos naturais como plantas, animais e minerais, o que é extremamente abundante em nossas terras. Foi por isso que entre os anos de 1996 a 2000 trabalhamos em nossas comunidades um projeto de revalorização de conhecimentos e práticas medicinais indígenas Baniwa e Koripako, tendo como público alvo os agentes de saúde indígena. O trabalho contou com a parceria da Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Medicina, Núcleo de Estudo Pública e Projeto Rede Autônoma de Saúde Indígena.

Iniciamos a implementação do projeto em um encontro que denominamos de *Encontro de Medicina Tradicional Baniwa e Koripako*, envolvendo os mais idosos da tradição como responsáveis para repassar os conhecimentos desta área para os mais jovens e, principalmente, aos agentes de saúde indígenas como pessoas de referência para as questões de saúde da comunidade no encontro entre medicina ocidental e tradicional. A visão, até então, era que os medicamentos alopáticos poderiam acabar de vez com conhecimentos tradicionais. Além dessa linha de trabalho, estabelecemos acordo com a universidade para trazer conhecimento aos Baniwas e Koripakos sobre as políticas e gestão de saúde pública, e com que mecanismos de participação as comunidades poderiam promover a implantação da saúde nos territórios. Abriu-se, também, linhas de pesquisa científica de mestrado e doutorado.

As comunidades contribuíam com os agentes de saúde indígenas para criarem suas hortas medicinais. Foram treinados mais de 50 agentes de saúde. Reavivamos o conhecimento tradicional de medicina tradicional, catalogamos mais 2000 plantas cultivadas e tantas outras oriundas da floresta com base nos conhecimentos milenares dos mais idosos. O povo Baniwa passou ter representantes dentro do Conselho Municipal de Saúde do Município de São Gabriel da Cachoeira, chegando a presidir o conselho; produziu-se várias pesquisas de mestrados e um doutorado sobre nosso povo; criamos um manual de doenças tradicionais aos agentes de saúde, às comunidades e escolas Baniwa e Koripako; realizamos vários encontros que mobilizaram cerca de 90 comunidades e sítios, contabilizando mais de seis mil pessoas na bacia do Içana¹.

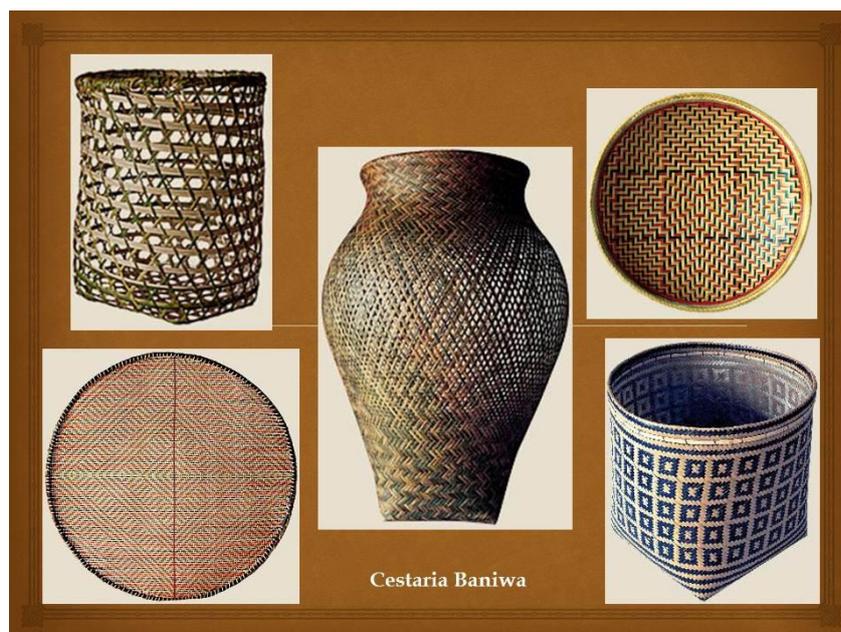
Este projeto ganhou prêmio nacional do programa “gestão pública e cidadania” em São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração da Empresa de São Paulo e Banco Nacional de Desenvolvimento e Social em 1998.

Geração de renda

- *Arte Baniwa*: Produção e comercialização de cestarias de arumã²

São dois projetos de alternativas econômicas e de geração de renda ao povo Baniwa. Arte Baniwa visava produção e comercialização de cestaria de arumã. Depois de muitas tentativas, buscou-se viabilidade em parceria com Instituto Socioambiental, como o qual experimentamos vários testes de mercados para chegarmos ao modelo que levou a uma experiência bem-sucedida junto a loja *Tok & Stok*, localizada na cidade de São Paulo.

Foi necessário inovar na cultura e na tradição de produzir as cestarias para sua comercialização. Realizamos várias oficinas de trabalho para discutir e entender como funcionava o mercado.



Criamos padrão de qualidade de produção, de modo a nos atentarmos as exclusividades do produto, pois o nosso interesse era comercializar cestarias. Criamos a marca/logo dos nossos produtos, livrinho para divulgação, um vídeo para mostrar as distâncias que percorrem nossos produtos para chegarem centro de sudeste do país. Envovemos pesquisadores do Instituto Nacional Pesquisa da Amazônia ligada a Ciência e Tecnologia para ver a sustentabilidade ecológica e socioeconômica de nossas ações nesse campo. Vendemos a nossa produção para empresa *Tok & Stok*, *Natura*, *Pão de Açúcar*, *Flores Online* entre outras. Chegamos a exportar cestaria para Holanda, Áustria e Estados Unidos. Lançamos nossa marca no ano de 2000 em São Paulo - na Vila Madalena -, a primeira grife indígena. O projeto gerou renda aos artesãos nas comunidades melhorando a sua condição de vida e valorizando os conhecimentos tradicionais associados. A autoestima de nosso povo aumentou com sucesso da comercialização.

O projeto ganhou vários prêmios nacionais:

- Prêmio *Gestão pública e cidadania*: programa da FGV/EAESP/BNDES/2001; virou caso de sucesso deste programa, pois ganhou em destaque;

- Prêmio nacional em *Iniciativas sociais*, do Governo Federal junto ao Banco Mundial/2002;

- Prêmio nacional do Meio Ambiente *Chico Mendes* em negócio sustentável/2002.

- *Pimenta Baniwa*: produção de comercialização pimenta Jiquitaia Baniwa³

O projeto de produção e comercialização da Pimenta Jiquitaia Baniwa é voltado às mulheres que naturalmente manejam suas roças. O principal alimento dessas roças é a mandioca, base da alimentação indígena.

Inspirados na experiência de cestaria de arumã, as mulheres levaram para as assembleias das associações a necessidade de se envolverem em um projeto próprio, relacionado ao cultivo e comercialização de pimentas. Assim, fizeram diagnósticos nas comunidades e identificaram uma pimenta de cultivo comum e de importante utilização na culinária indígena.



Clique na imagem para assistir o vídeo no YouTube

Depois de o projeto ter sido deliberado em assemblei geral, elaborávamos o plano de negócio que apontou a necessidade de um estudo ou pesquisa chamado de etnobotânica, que é estudo da botânica associado ao conhecimento tradicional Baniwa, desenvolvido e coordenado pelo Instituto Socioambiental sediado em São Paulo. O trabalho de pesquisa foi uma parceria entre Associação Indígena da Bacia do Içana, OIBI e diversas escolas Baniwa e Koripako, principalmente a Escola Indígena Baniwa e Koripako – EIBC Pamáali, no período de 2005 a 2012.

Em 2010 melhoramos o plano de negócio. Depois dos resultados das pesquisas começamos a construção experimental da Casa da Pimenta Baniwa. Inauguramos a primeira em janeiro de 2013 em parceria com Instituto Socioambiental e Instituto ATÁ, ambos de São Paulo. Viemos divulgando a experiência de produtos e sua comercialização. Hoje contamos com cinco Casas da Pimenta Baniwa que processa seguindo orientações da ANVISA. Temos mais de 70 espécies diferentes que são comercializadas com marcas e selo Origens Brasil em parceria com IMAFLORA.



Clique na imagem para assistir o vídeo no YouTube

No ano de 2006, o plano de negócio foi classificado como um dos 10 melhores no âmbito de iniciativas de negócios sociais pelos programas da Associação de Empreendedores Sociais *Ashoka*, do Centro de Competências de Empreendedores, da Fundação Getúlio Vargas e Maksey. No mesmo ano o projeto ganhou o prêmio *Chico Mendes*, do Ministério do Meio Ambiente na categoria negócio sustentável.

A comercialização deste produto está em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Manaus e São Gabriel da Cachoeira. Estamos experimentando também comercialização nos Estados Unidos. A Pimenta já foi base de molho de empresas de culinária, chocolates e de cervejas, produzida pela microcervejaria Hopfully Brewing, baseada em Dublin, capital da Irlanda⁴.

Na comercialização deste produto (Pimenta Jiquitaia Baniwa) pagamos normalmente impostos no Estado do Amazonas. Contamos com parcerias desde comunidades, associações locais, regionais e nacionais, e desenvolvemos com empresas uma prática de relação que chamamos de *parcerias comerciais*⁵.

FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR

Escola Indígena Baniwa e Koripako – EIBC Pamáali e outras

Não seria bom somente focar na saúde e geração de renda. Também se mostrou estratégico e fundamental as formações das escolas dos povos Baniwa e Koripako que estavam em desvantagem em relação a outras regiões do Rio Negro. Quase não tinha pessoas com formação em Ensino Fundamental completo e pouco menos ainda no Ensino Médio. Por isso, nos encontros de educação dos anos de 1996, 1997 e 1999 discutimos essas questões e propomos uma escola autônoma, com um projeto político pedagógico específico às especificidades de nosso povo.

Na realização dos encontros de educação contamos com a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e Instituto Socioambiental sediado em São Paulo.

Os encontros de educação nos trouxeram conhecimentos técnicos e científicos, além da tradição cultural de formação milenar que orientou as nossas decisões políticas para as escolas Baniwa e Koripako. Evidenciaram, também, conflitos de grafia feitos por missionários, uma herança colonialista e religiosa. Para resolvermos isso contamos com apoio de Henri Ramirez, um linguista francês, para criarmos a unificação da grafia Baniwa, passando a ser “nossa grafia”. Como resultado, criamos um dicionário Baniwa-Koripako e Português, uma gramática que nunca foi publicada fisicamente, circulando apenas no meio digital, além de um livro sobre o grupo indígena Aruaque, do qual pertencem os povos Baniwa e Koripako linguisticamente.

Para construção física da Escola Pamáali, contamos com apoio dos estudantes secundaristas da Noruega e Fundação Nacional do Índio. Por meio do Instituto Socioambiental de São Paulo esses estudantes ficaram sabendo da nossa luta e se colocaram a nossa disposição mediante a elaboração de um projeto.



Escola Pamáali

Inauguramos a Escola EIBC Pamáali no ano de 2000. Em relação aos professores, reivindicamos a necessidade de formação em magistério. Assim, foi criado o Magistério Indígena do Município de São Gabriel da Cachoeira. Além disso, tínhamos um programa específico para professores para implantação do projeto da Escola.

No ano de 2004 realizamos a primeira formatura de alunos no Ensino Fundamental. Isso tem ocorrido até os dias de hoje. Em 2016, o Ministério da Educação e Cultura reconheceu a escola EIBC Pamáali como referência no ensino básico em criatividade e inovação. Apesar disso, não recebemos do poder públicos investimentos necessários para a construção de prédios escolares. Nossa atual dificuldade está na restauração das casas escolares para continuarmos com o ensino via pesquisa que valorize os conhecimentos tradicionais e tecnológicos que sejam importantes para nosso povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível desenvolver trabalhos que possam ser reconhecidos pela sociedade nacional e internacional sem perder ou deixar de ser indígena. Por isso, nossos direitos, as políticas públicas e sua gestão mostram-se como importantes e fundamentais. A nossa escola trabalha com cinco línguas diferentes sendo três indígenas (Baniwa, Koripako e Ñagetu) e duas de origem europeia (Portuguesa e Espanhola).

Em meio a esses projetos, existem outras iniciativas que a implantação de políticas de desenvolvimento local sustentável das comunidades Baniwa que são primordiais para uso de recursos naturais. Nosso território conta com mais de 3,5 mil hectares de terra onde vivem o povo Baniwa e Koripako. Os estudos mostram que dominamos muitos conhecimentos da terra, da floresta, da água (Rio Içana, Cubate, Cuiari, Ayari, Yawiari formam bacia hidrográfica importante e fundamental do Içana) e de minerais. Somente os Baniwa apresentaram resultados de estudos de paisagem em mais 300 unidades diferentes, isso é uma riqueza muito grande de conhecimento e manejo.

Assim, demonstramos que as terras indígenas têm função sociocultural e ambiental de extrema importância não apenas para os povos indígenas. No contexto do aquecimento global e mudanças climáticas são fundamentais as demais regiões do Brasil e do mundo, pois as florestas das terras indígenas são produtoras de chuvas para agricultura, pecuária e abastecimento das cidades e da indústria, além de serem fontes de preservação e exploração sustentável da biodiversidade local.

NOTAS

1 - Nós chamamos assim o Rio Içana e seus afluentes, um território específico do nosso povo. O Rio Içana é um dos principais afluentes do Rio Negro, no Alto Rio Negro.

2 – Acesse: <https://www.artebaniwa.org.br/abre.htm>.

3 – Acesse: <https://www.artebaniwa.org.br/pimenta-baniwa/>

4 - Para saber mais acesse: [https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/baniwa-chilli-a-primeira-cerveja-com-pimenta-baniwa-e-lancada-na-irlanda](https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/baniwa-chilli-a-primeira- cerveja-com-pimenta-baniwa-e-lancada-na-irlanda)

5 - Parceria comercial é uma aliança de acordos entre empresas, OIBI e parceiros formalizada através de um termo de parceria assinada entre as partes, assim garantimos transparências entre interessados.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

Baniwa, André (2019). 25 anos de iniciativas do povo Baniwa em promoção do bem viver e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. **Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia**, v.9 (2), 19-32.

RECEBIDO:13/03/19.

APROVADO:15/04/19.